

MANDATO 2013-2017
ACTA Nº 5



**ACTA DA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE VIANA DO
CASTELO REALIZADA NO DIA 5
DE DEZEMBRO DE 2013:- - -**

----- Aos cinco dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, nesta cidade de Viana do Castelo e Paços do Concelho, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Viana do Castelo sob a presidência do Presidente José Maria da Cunha Costa e com a presença dos Vereadores Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva, Joaquim Luís Nobre Pereira, Maria José Afonso Guerreiro da Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira, Francisco Manuel Marques Franco, Helena Cristina Mendes Marques e Maria Ilda da Costa Figueiredo. Secretariou o Director de Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal, Luís Filipe Neiva Marques. E, tendo tomado os lugares que lhes estavam destinados, o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião pelas onze horas registando-se a falta do Vereador Vítor Manuel Castro de Lemos, por se encontrar em Lisboa em representação do Município. **ORDEM DO DIA:-** Presente a ordem de trabalhos, foram acerca dos assuntos dela constantes tomadas as seguintes resoluções:- **(01) ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS ENVC FACE AO ANÚNCIO DO DESPEDIMENTO COLECTIVO DOS 620 TRABALHADORES ANUNCIADO PELO SR. MINISTRO DA DEFESA:-** O Presidente da Câmara apresentou uma proposta de Moção que fez distribuir por todo o Executivo, tendo de seguida feito uma resenha histórica do processo de privatização dos ENVC até

MANDATO 2013-2017

ao momento presente, aludindo às diligências que ele próprio fez, designadamente junto do Comissário Europeu Joaquim Almunia, com o qual tratou a questão da possibilidade de reestruturação dos ENVC, em ordem a garantir a sua viabilidade económica. Levantou também várias questões relativas ao material que se encontra depositado nos armazéns dos Estaleiros Navais e aos barcos que tinham sido objectos de encomendas e que não foram finalizados. Acrescentou também que a adjudicação feita pelo Governo *a firma Martifer não obedece a vários dos requisitos que o Governo tinha estabelecido para efeitos da privatização da empresa, designadamente o que respeitava à experiência comprovado no sector da construção naval. A Vereadora Ilda Figueiredo começou por congratular-se pelo facto desta reunião ser aberta ao público, mas lamentou ter sabido pela imprensa da realização da mesma e só depois ter sido notificada pela Câmara Municipal. Disse estarmos a atravessar um momento muito triste da vida de Viana do Castelo, que é o culminar de um processo que é um autêntico crime económico e social, que visa desmantelar uma empresa pública por três razões fundamentais:- 1ª - Por ódio de classe relativamente a todos os trabalhadores que defendem os seus direitos. 2ª Porque se pretende por em causa os direitos dos trabalhadores. E 3ª por ódio a tudo o que é público, para assim poderem servir os interesses do grande capital nacional e estrangeiro. Acrescentou que em sua opinião o Primeiro Ministro é tao responsável como o Ministro da Defesa, pois que aprovou todos os actos deste processo, devendo ser referido também no texto da moção. Disse também que a luta dos trabalhadores dos ENVC tem sido exemplar pelo que os mesmos devem merecer o reconhecimento

MANDATO 2013-2017

- 2 -



público, pelo que sugeriu que fosse aditado um ponto na moção com este sentido. Acrescentou ainda que se deveria discutir a forma de mobilizar todos os agentes possíveis para apoiar a manifestação programada para o dia 13 de Dezembro, devendo fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que a manifestação seja um sucesso e o seu protesto chegue a Lisboa. Pediu que ninguém se desse por vencido, pois a luta não está perdida, especialmente se houver convergência de esforços entre todos. Por último, referiu que a CDU nunca aceitou o Plano de reestruturação apresentado pelo último Governo do PS, que implicava o despedimento de cerca de 400 trabalhadores, pois isso significaria o fim dos ENVC. O Vereador Eduardo Teixeira começou por esclarecer que foram os Vereadores do PSD que requereram a realização da presente reunião extraordinária e não o Presidente da Câmara como foi veiculada. Declarou associar-se às preocupações manifestadas pela Vereadora Ilda Figueiredo, considerando que o Presidente da Câmara se tem limitado a falar, mas não tem conseguido quaisquer resultados. Referiu que no dia anterior se realizou uma reunião da Comissão de Defesa Nacional, tendo-se o Presidente da Câmara limitado a falar com a imprensa, à porta do local da reunião, quando teve oportunidade de participar nos trabalhos da mesma, o que demonstra que apenas pretendeu protagonismo político e mediatização. Realçou o trabalho da Comissão de Trabalhos dos ENVC que estiveram presentes na referida reunião da Comissão de Defesa, os quais ao longo dos vários anos por que se arraste este processo tem impedido a concretização de vários planos de reestruturação que os Governos socialistas pretenderam levar à prática, designadamente o lay-off, as reformas

MANDATO 2013-2017

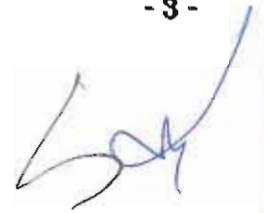
antecipadas e o despedimento de 420 trabalhadores. Adiantou também que o Presidente da Câmara nada fez até hoje para resolver o problema do navio Atlântida e que os problemas dos ENVC não começaram apenas em Junho de 2011 mas sim muito antes, especialmente a partir do ano de 2006, ano em que o Governo começou a injectar ajudas financeiras que a comissão europeia considerou ilegais e período também a partir do qual todos os barcos construídos deram prejuízo. Relativamente à proposta de moção referiu que os Vereadores do PSD estão de acordo com pontos 1, 5 e 6, e quanto ao ponto 3 entendem que se deveria acrescentar “desde 2005” e quanto ao ponto 4 que se deveria acrescentar também um pedido de audiência ao Sr. Primeiro Ministro. Seguidamente o Presidente da Câmara declarou que aceita as alterações propostas pelos Vereadores Ilda Figueiredo e Eduardo Teixeira e que se encontram traduzidas no documento que seguidamente se transcreve e que pôs à votação:-

“Moção A Construção Naval não pode morrer ENVC Empresa Estratégica para Viana do Castelo e para o País

Os ENVC são a única empresa de construção naval do país, em actividade desde 1944, localizada na cidade de Viana do Castelo. Esta unidade ocupa uma área de 400.000 m² e emprega actualmente 609 trabalhadores, sendo o maior Estaleiro de construção naval de Portugal, tendo construído já mais de 200 navios de vários tipos nos seus quase 70 anos de existência: batelões, rebocadores, ferry-boats, navios de pesca, carga a granel, porta-contentores, transportadores de cimento, navios tanques, LPG, transportadores de produtos químicos e vasos de guerra.

Tendo assistido ao anúncio público da atribuição da subconcessão dos terrenos dos ENVC e ao anúncio unilateral do despedimento dos seus mais de seiscentos trabalhadores, a Câmara Municipal de Viana do Castelo não pode deixar considerar:

MANDATO 2013-2017



1. Que este foi um processo mal conduzido desde início, designadamente pelo Ministério da Defesa e que pode terminar da pior forma quer para os trabalhadores, quer para a empresa;
2. A construção naval é uma indústria estratégica para o País, com forte pendor exportador e, por isso, impulsionadora do crescimento económico;
3. A indústria naval é muito importante para a atividade sócio económica de Viana do Castelo e a sua actividade tem um peso muito significativo na economia local e regional, atingindo mais de 4.000 postos de trabalho;
4. O volume de negócios em Portugal da construção naval, em 2008 atingiu 205 M€, dos quais 61% foi para exportação, tendo os ENVC contribuído com 40% deste valor;
5. A indústria naval é caracterizada pela qualificação dos seus activos e geradora de inúmeros empregos diretos e indiretos, empresas satélites que por sua vez incrementam o volume de emprego e de negócios de muitos sectores de actividade
6. A excelência **da mão – de-obra e dos quadros técnicos, bem como a existência** de infra estruturas adequadas, tornam os Estaleiros Navais de Viana do Castelo uma empresa de referência e com créditos firmados internacionalmente na construção naval;
7. Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo são um centro de competências de elevada qualidade, único no país, que levou quase 70 anos a construir e que o País não pode desperdiçar;

Pelo exposto, a Câmara Municipal de Viana do Castelo, reafirma:-

1. **A Importância da Construção Naval para Viana do Castelo e para o País** como sector estratégico que pode relançar a economia local, regional e nacional;
2. **O seu repúdio pelo desenrolar deste processo** que pretende terminar com o encerramento de uma empresa com 70 anos de história e que pretende atirar para o desemprego 609 trabalhadores.
3. **O Apoio à justa luta dos trabalhadores** pela forma como têm defendido a Construção Naval e os ENVC, SA.

MANDATO 2013-2017

Mais deliberou a Câmara Municipal:

A - Solicitar a suspensão imediata deste processo e uma reunião urgente com o Senhor Primeiro Ministro;

B- Propôr, ainda, que seja desenvolvido um programa de apoio ao sector da construção naval, à semelhança do que aconteceu em 2008 para o sector automóvel, iniciativa essencial para o relançamento da competitividade da indústria naval portuguesa e da viabilização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo como forma de inverter o ciclo da perda de emprego, relançar a competitividade da indústria nacional e o aumento das exportações.

C - Solicitar uma audiência urgente ao Senhor Provedor de Justiça para a apresentação das preocupações relativas ao desenvolvimento deste processo e das preocupações das populações de Viana do Castelo.

(Este documento deve ser enviado ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro Ministro, ao Provedor de Justiça, ao Presidente da Comissão de Defesa Nacional, à Presidente da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, aos Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu, para acompanhamento deste processo)."

Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro, Eduardo Teixeira, Marques Franco, Helena Marques e Ilda Figueiredo. Seguidamente o Presidente da Câmara teceu algumas considerações e refutou algumas das afirmações feitas pelos Vereadores Eduardo Teixeira e Ilda Figueiredo. O Vereador Eduardo Teixeira solicitou a palavra para poder defender a sua honra, referindo que os ENVC deveriam merecer do Presidente maior elevação e educação e não um constante ataque, porque nesta matéria deveriam estar todos do mesmo lado, que é o dos trabalhadores

MANDATO 2013-2017

- 4 -

dos ENVC. Mais adiantou que os deputados do PSD estiveram sempre atentos a este problema e fizeram-no discutir várias vezes na Assembleia da República, por isso acrescentou, não admite faltas de educação da parte do Presidente da Câmara. Por sua vez a Vereadora Ilda Figueiredo respondeu também à intervenção do Presidente dizendo que aquando das manifestações contra a introdução de portagens nas SCUT's era deputada no Parlamento Europeu, daí não ter podido participar das mesmas. Referiu também que a Câmara Municipal devia fazer convergir os seus esforços com a luta dos trabalhadores dos ENVC programadas para os dias 7 e 13 de Dezembro. Por fim, alertou para o facto de esta situação não afectar apenas os actuais trabalhadores dos ENVC mas também os futuros, das novas gerações, que não poderão contar com os postos de trabalho que o Governo pretende extinguir. **(02) AVALIAÇÃO DA PROSSECUÇÃO**

DO PROJECTO IMOBILIÁRIO E A POSSIBILIDADE DA VENDA POR UNIDADE DE PROJECTO (LOTES) DO PARQUE DA CIDADE, NO ÂMBITO DA VIANAPOLIS, QUE TERMINA A SUA ACTIVIDADE EM 31/12/2013 E QUE O MUNICÍPIO É

ACIONISTA:- Antes da apresentação deste ponto, a Vereadora Ilda Figueiredo solicitou a palavra para apresentar uma questão prévia, propondo o adiamento deste ponto da ordem de trabalhos para a próxima reunião ordinária, pelo facto de o assunto relativo aos ENVC ser de tal modo importante que não se deveria desviar a atenção para outras questões de menor importância. O Vereador Eduardo Teixeira manifestou a sua discordância pelo facto de estar já aprazada a hasta pública para venda dos lotes do parque da cidade e o adiamento desta questão tornará inútil qualquer medida que a

MANDATO 2013-2017

Câmara possa vir a adotar. O Presidente da Câmara disse que o adiamento deste ponto da ordem de trabalhos não afectaria, de forma alguma, a realização da hasta pública.

Perante o esclarecimento dado pelo Sr. Presidente os Vereadores proponentes da introdução deste ponto na ordem de trabalhos aceitaram o seu adiamento para a próxima reunião ordinária a realizar no dia 12 de Dezembro corrente. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro, Eduardo Teixeira, Marques Franco, Helena Marques e Ilda Figueiredo. **(03) APROVAÇÃO DA ACTA EM**

MINUTA:- Nos termos do número 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme e seguidamente assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da presente reunião. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes a totalidade de membros em efectividade de funções. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas treze horas, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

